

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 526.261 - SC (2019/0235546-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**AGRAVADO : JOAO CARLOS ELOY**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. SENTENCIADO EM REGIME SEMIABERTO. PRISÃO DOMICILIAR CONCEDIDA EM PRIMEIRO GRAU, CASSADA PELO TRIBUNAL *A QUO*. EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL QUE ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS. AGRAVO PROVIDO.

1. O Tribunal *a quo*, atento à Súmula Vinculante n.º 56, afirmou que a Penitenciária Industrial de Joinville/SC atende às condições legais para o cumprimento de pena no regime semiaberto, sendo assegurados os direitos correlatos ao atual regime prisional do Paciente.

2. Agravo regimental provido para, reconsiderando a decisão agravada, denegar a ordem.

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo **Ministério Público de Santa Catarina** contra a decisão de minha relatoria, assim ementada (fl. 539):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO. SEMIABERTO. FALTA DE VAGA OU INEXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO COMPATÍVEL. PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. SÚMULA 56/STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida liminarmente.

Em linhas gerais, pugna o Ministério Público estadual pela reconsideração da decisão agravada, mormente porque *a decisão monocrática em questão parte da errônea premissa de que a Penitenciária Industrial de Joinville, em ala específica, não possui a estruturação correspondente ao cumprimento da pena no regime semiaberto* (fl. 556).

Diz que *a excepcionalíssima concessão do regime de prisão domiciliar aos apenados em regime semiaberto não pode ser banalizada, muito menos pelas Cortes*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Superiores, sem uma análise tecnicamente detalhada e coerente da situação ora impugnada (fl. 558).*

É o relatório.

Após analisar novamente as insurgências apresentadas, tenho que razão assiste ao agravante, senão vejamos:

Com efeito, a Corte *a quo* afirmou que no *Complexo Penitenciário de Joinville*, mais especificamente na *Penitenciária Industrial*, há um local apropriado para o cumprimento de pena em regime semiaberto, onde os reeducandos contam com assistência material e recursos humanos, assistência saúde, social, religiosa e jurídica, concluindo-se, desta forma, que o estabelecimento prisional busca a efetiva reintegração do apenado ao convívio social, em conformidade com o que determina a *Lei de Execução Penal* (fls. 14-97) (fls. 526/527).

Note-se que o Tribunal *a quo*, atento à Súmula Vinculante n.º 56, afirmou que a *Penitenciária Industrial de Joinville/SC* atende às condições legais para o cumprimento de pena no regime semiaberto, sendo assegurados os direitos correlatos ao atual regime prisional do paciente

De mais a mais, o Superior Tribunal de Justiça já disse que, *se o apenado encontra-se alojado em pavilhão independente e autônomo de estabelecimento destinado ao regime fechado, sem ligação física com o restante do presídio, prestando trabalho externo e usufruindo de saídas temporárias, segundo as regras do regime semiaberto, não há constrangimento ilegal a ser sanado, uma vez que o reeducando não se encontra cumprindo pena em regime mais rigoroso do que o devido* (HC n. 402.093/SC, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 24/10/2017)

Assim, à vista das peculiaridades do caso, não se pode afirmar que o paciente/agravante cumpre pena no regime mais gravoso, o que, por certo, não autorizaria afirmar que há violação à Súmula Vinculante n. 56 do Supremo Tribunal Federal, de modo a autorizar a concessão da ordem (AgRg no HC n. 398.050/SC, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, DJe 17/8/2017).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Menciono, ainda, estes precedentes: AgRg no HC n. 448.525/SC, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 25/9/2018; AgRg no HC n. 406.182/SC, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 14/11/2017; e HC n. 381.324/MG, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **dou provimento ao agravo regimental** para, reconsiderando a decisão agravada, denegar a ordem.

Determino, ainda, que o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal, nos autos n. 0001204-22.2018.8.24.0126 expeça mandado de prisão para realocação e imediata transferência do apenado à Penitenciária Industrial de Joinville/SC, a fim de que o mesmo continue o cumprimento da pena em regime semiaberto, mantendo-se os benefícios a ele assegurados.

Intime-se o Ministério Público Federal.

Comunique-se com urgência.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator